

X Encontro Ciência Política e a Política: Memória e Futuro

Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte 30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Área Temática: Política Internacional

**“EXTREMA DIREITA”? O NACIONALISMO POPULISTA DA FRENTE NACIONAL
(FN) NA FRANÇA**

Camila Feix Vidal

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

A ascensão dos chamados partidos de “extrema direita” na Europa é um fato. O sucesso do referendo proposto pela UDC na Suíça em 2014¹, a aliança da italiana AN com o PDL de Silvio Berlusconi² e do austríaco FPO com o OVP durante o seu mandato³; o alto número de votos obtidos na eleição legislativa de 2013 pelo Partido Progressista na Noruega e pelo Partido Finlandês na Finlândia⁴; e a vitória da FN francesa na última votação para o Parlamento Europeu⁵; atestam para o fato de que esses partidos não mais podem ser considerados como marginais – ao contrário, fazem parte do *mainstream* político em diversos países europeus.

Os estudos feitos a respeito desses partidos, no entanto, são relativamente recentes, haja vista que a própria emergência desses (em especial a partir da década de 1980) não data de muito tempo. Além disso, abarcam uma variedade de partidos, desde o populista e liberal FPO até o nazista Aurora Dourada; e países na Europa, desde o Reino Unido até a Rússia e a Turquia. Em sua maioria, apontam para um aumento no número e no escopo de atuação de partidos cuja ideologia é considerada de “extrema direita” e que se caracteriza, de maneira geral, por uma crescente dissatisfação com a política tradicional, por demonstrações racistas e xenofóbicas, e por um discurso predominantemente de “direita”.

Dentre os vários partidos que recebem o rótulo extremista, um se salienta como sendo uma espécie de “representante da classe” e “modelo” desses partidos: o partido francês Frente Nacional (FN). A FN não pode ser considerada um partido insignificante na política francesa atual. Foi o partido que disputou o segundo turno nas eleições presidenciais em 2002; e em 2012, ainda que em terceiro lugar na disputa presidencial, fez a maior porcentagem de votos da sua história nesse tipo de eleição (17,9%). O partido é representado hoje na Assembleia Nacional; nos Conselhos Regionais; nos Conselhos Gerais; nos Conselhos Municipais e no Parlamento Europeu. Com um suporte eleitoral crescente e o aumento na quantidade de políticos eleitos, a FN pode

¹ Referendo proposto em fevereiro de 2014 pela União Democrática do Centro que limita o número de imigrantes a permanecerem no país.

² A Aliança Nacional formou aliança com o Povo da Liberdade, partido fundado por Berlusconi em 2007.

³ O FPO de Jörg Haider se aliou com o partido conservador OVP durante o governo de Schüssel entre 2000 e 2005.

⁴ O Partido Progressista na Noruega alcançou 16,3% dos votos; já o Partido Finlandês (Finn), 19,1%.

⁵ A FN fez 25% dos votos durante a votação para o Parlamento Europeu de 2014 sendo, assim, o partido mais votado na França.

ser hoje considerada uma importante força partidária na França. Ao analisá-lo em profundidade, no entanto, percebe-se que esse é um partido cuja caracterização é complexa. Foge de tipificações simples. Ao mesmo tempo, faz parte de um fenômeno abrangente (ao menos no que diz respeito à Europa) e relativamente novo, o que obriga analistas a desenvolverem algum tipo de categorização.

O trabalho aqui proposto busca, nesse sentido, compreender o fenômeno recente dos chamados “partidos de extrema direita” europeus através do estudo da ideologia partidária elencada em quatro categorias (política externa, política econômica, questões sociais e democracia representativa) do que veio a ser o modelo desses partidos: a Frente Nacional francesa. Para isso, fez-se uma análise dos programas partidários (considerados o “retrato” do partido em um dado momento), uma entrevista semi-conduzida com um dirigente frontista – o Conselheiro Especial da Presidente Marine Le Pen, Eric Domard, e de bibliografia. A hipótese defendida aqui é a de que a FN representa um fenômeno relativamente recente que pode ser caracterizado por um nacionalismo defensivo de tipo populista (e, portanto, incongruente com termos vagos e simplistas tal como “extrema direita” já que abrange, também aspectos típicos de “esquerda”), uma consequência direta dos processos de globalização, regionalização e neoliberalismo.

De fato, a conclusão que se chega é que a FN hoje representa um partido político cuja ideologia dialoga diretamente com fenômenos recentes como a globalização, a regionalização e o neoliberalismo. Diz respeito, assim, a uma representação política de um fenômeno abrangente e que se caracteriza por uma crise de confiança nas democracias representativas e ansiedades sociais e econômicas por conta de determinados fenômenos como a globalização e a União Europeia. Não são esses fenômenos em si o motivo de inquietude, mas as consequências que trazem consigo: pulverização industrial, imigração, diluição de fronteiras, enfraquecimento da soberania nacional e do que constitui o Estado, entre outros. Valorizando o nacional, a FN se projeta contra tudo aquilo que é externo e que possa vir a corromper a frágil concepção de nação. O debate atual, assim, se dá entre os que privilegiam uma noção de engajamento internacional da nação (seja na economia, na cultura ou política; e refletido nos fenômenos da União Europeia e da globalização), incompatível, por sua vez, com a noção de engajamento identitário refletido pela FN. O objetivo é a preservação do que constitui o estado-nação francês no entendimento frontista; incompatível com políticas expansionistas e inclusivas. Incompatível, portanto, com a

supranacionalidade da União Europeia; com o neoliberalismo Thatcher/Reaganiano, e com o próprio processo de globalização.

Assim, a FN representa um novo e complexo fenômeno na política francesa que foge de tipificações simplistas – abrange, por exemplo, aspectos tanto de “direita” como de “esquerda”. Se traduz ainda por um projeto político intervencionista e protecionista na economia, um novo modelo de atuação nas relações internacionais que privilegia aspectos como maior soberania e parceiros nada convencionais como a Rússia; um programa que busca conservar a identidade francesa na área social; e uma defesa da democracia participativa e inclusiva, espécie “mítica” de democracia direta. Desse modo, busca a recaptura e o fortalecimento de um estado-nação, constantemente enfraquecido seja pela globalização seja por processos de regionalização. Ante a sua constante ascensão, faz-se necessário maiores estudos acerca desse fenômeno que não abrange unicamente a França e que traz consequências para importantes nas relações internacionais, dentre elas a própria retomada do conceito e da importância do estado-nação.

Palavras-chave: Frente Nacional, Extrema Direita, França, Nacionalismo, Populismo

1 Introdução

Um estudo conduzido pelo *Le Figaro* acerca da próxima eleição presidencial na França constatou a prevalência do partido de Marine Le Pen, a Frente Nacional (FN), na política francesa contemporânea ao receber a maior porcentagem de intenção de voto dos entrevistados (NARDELLI, 2014). Com efeito, a FN foi o partido mais votado na eleição para o parlamento europeu de 2014. Se antes, era considerado marginal na polarização travada entre o PS (Partido Socialista) e a UMP (União para um Movimento Popular), atualmente pode ser considerado *mainstream* na política francesa: possui representantes na Assembleia Nacional; nos Conselhos Regionais; Conselhos Gerais; Conselhos Municipais e Parlamento Europeu.

A FN é considerada uma espécie de “modelo” no que se convencionou chamar de partidos de “extrema direita” na Europa atual (NORRIS, 2005; Mudde, 2013a e 2013b; Karapin, 1998; Declair, 1999). A falta de consenso e de uma definição clara acerca do rótulo, no entanto, acarreta em características e associações bastante genéricas atreladas a esse partido⁶. Com exceção de um projeto de restrição imigratória (ponto comum entre esses partidos), pouco se é debatido acerca da política econômica, política externa, ou projetos de participação popular. O trabalho aqui proposto, portanto, busca sair do entendimento simplista que a utilização de um rótulo genérico, tal como “extrema direita”, traz consigo; e evidenciar a ideologia e os posicionamentos frontistas de maneira mais assertiva. Assim, através de entrevista semiestruturada com um dirigente partidário e análise do último programa de governo, o presente estudo retrata o projeto frontista acerca de quatro categorias específicas: política econômica, política externa, questões sociais e democracia representativa. O objetivo desse estudo é, portanto, duplo: busca analisar a ideologia da FN a partir de um estudo sobre seus programas e entrevista conduzida e, com isso, elucidar certos aspectos ideológicos, um tanto obscuros na literatura concernente aos chamados partidos de “extrema direita” na Europa. O resultado do estudo nos indica que, de fato, a FN reflete um fenômeno recente e, ao mesmo tempo, complexo na política europeia. De certa maneira transcende a concepção tradicional dicotômica entre direita e esquerda ao apresenta-se como uma espécie de partido nacionalista populista contemporâneo. Defendendo uma política econômica intervencionista e de aumento do estado de bem estar social, uma

⁶ Um estudo desenvolvido por Mudde (2000), por exemplo, encontrou 26 definições diferentes do termo “extrema direita” na literatura especializada.

política externa defensiva que conta com parceiros nada convencionais como a Rússia, a valorização das tradições e da cultura francesa nas questões sociais, e uma maior participação popular na política; a FN trava um debate que não mais se restringe a concepções dadas entre direita x esquerda, mas entre fenômenos recentes como globalização e nacionalismo; regionalização e soberania nacional; neoliberalismo e intervencionismo; e democracia representativa *versus* democracia participativa.

2 A ideologia frontista: posicionamentos defendidos acerca de quatro temáticas

A ideologia, aqui entendida como um corpo normativo sobre a natureza do homem e da sociedade, bem como da organização e propósito dessa (SELIGER, 1976), possui importância ímpar no caso da FN. Como salienta Mayer e Perrineau (1990), os eleitores frontistas, em números expressivamente maiores que os eleitores dos dois outros principais partidos franceses (UMP e PS), não votam pelo líder, pelo partido ou pela tradição frontista; mas, sim, pela ideologia que a FN expõe. Como, no entanto, identificar essa ideologia? Entende-se, nesse sentido, que os programas partidários podem ser considerados como os melhores indicativos de retrato ideológico de um partido político (LAVER, 2001; LAVER e GARY, 2000; e BUDGE et al, 1987) por serem esses os únicos documentos atribuídos ao partido e endossado por todos seus membros, tácita ou formalmente, e onde seus posicionamentos políticos e pressupostos ideológicos estão oficialmente expostos. Esse trabalho utiliza-se, portanto, do último programa partidário disponibilizado pela FN (2012) e, como complemento, de uma entrevista semiestruturada com o Conselheiro Especial de Marine Le Pen e membro do Comitê Central, Eric Domard; a fim de reproduzir de modo mais assertivo os posicionamentos e ideologias expostos pela FN acerca das quatro temáticas supracitadas.

2.1 A política econômica proposta pela FN

Contrariando a tese de “single issue party” (supostamente sendo a imigração o único tema a ser debatido pelos partidos de “extrema direita”)⁷, a política econômica defendida pela FN ocupa metade do seu programa nacional. Longe de ser um partido preocupado com a imigração unicamente, o programa desse partido cobre uma variedade de temas dando especial atenção à economia. De fato, 48% do programa

⁷ Sobre a tese do “single issue party”, ver Mudde, 1999.

nacional refere-se às questões econômicas⁸ e que conta ainda com inúmeros anexos e estudo abrangente sobre a Zona do Euro⁹. Se de fato existe um “single issue” que definiria a FN, seria mais correto afirmar que esse está baseado na economia.

A política econômica defendida pela FN faz parte de um projeto grandioso: não se limita à defesa ou à oposição de algumas medidas em contraposição aos outros partidos, mas à defesa de um novo modelo econômico que se define, principalmente, em função de uma crítica ao neoliberalismo. Esse novo modelo proposto pela FN se caracteriza por um estado protecionista e intervencionista na promoção de políticas de bem estar social, o auto-intitulado “protecionismo inteligente” (DOMARD, 2014). No centro desse modelo econômico está a nação: soberana e alheia a modelos de regionalização ou tratados econômicos externos. Assim, a política econômica defendida pela FN busca romper, em primeiro lugar, com as amarras impostas pela União Européia (UE), restituindo, desse modo, sua soberania política, econômica e monetária e, em segundo lugar, com o modelo neoliberal de condução da economia nacional.

A defesa de um Estado soberano seria por si só motivo suficiente para a FN defender essa saída. Afinal, no centro da ideologia frontista está a nação, soberana. No entanto, a saída da França do bloco europeu não se restringe a questões de soberania, mas do próprio interesse nacional ou, mais especificamente, do interesse dos “nacionais”. A UE é vista como uma entidade corrupta, composta por “oligarcas” e “banqueiros” que não compartilham dos mesmos interesses que o “povo” (DOMARD, 2014). De fato, é visível, no discurso frontista, a constante oposição entre os interesses dos dirigentes europeus e franceses (entendidos como corruptos) e os interesses do povo (caracterizados como trabalhadores honestos). Esse mesmo discurso posiciona esses dirigentes como defensores de um modelo neoliberal de mercado que beneficia bancos e multinacionais prejudicando o cidadão “comum”. A desindustrialização francesa, o crescente número de desempregados e o deslocamento de empresas nacionais para o exterior são, na visão frontista, resultado dessas políticas. A FN rejeita, assim, o que caracteriza como “totalitarismo da globalização” ou “totalitarismo do comércio”: “Se não, há uma ditadura do dinheiro” (Ibidem). O problema, no entanto, não se resume a sair da União Europeia e da Zona do Euro. O problema é estrutural: no centro do debate, está uma diferença de ideologias econômicas a serem adotadas.

⁸ A porcentagem foi realizada a partir do número de parágrafos presentes no *Notre Programme* relativo a determinadas temáticas. Assim, verificou-se que, em média, 48% do programa destina-se à temas de política econômica; 7% à política externa; 25% às questões sociais; e 20% à outras temáticas.

⁹ Refere-se as estratégias a serem utilizadas para a saída da França da zona do Euro.

A FN caracteriza a sua política econômica como uma “terceira via” baseada em um “protecionismo inteligente”, ou “protecionismo razoável” (DOMARD, 2014). Defende o capitalismo e a economia de mercado, bem como a proteção à propriedade privada; no entanto, rejeita a derivação extrema do capitalismo – “o ultra-liberalismo” (Ibidem). Acredita, assim, que o livre mercado não deve ser tão “livre” a ponto de prejudicar os interesses dos seus nacionais. É dever do Estado, nesse sentido, guiar a economia e intervir quando necessário para benefício da nação e dos seus nacionais.

O “protecionismo inteligente” ao qual a FN busca implementar é percebido na defesa da intervenção do Estado em empresas públicas ou estratégicas (mesmo as privadas, tais como nos ramos de energia, transportes e telefonia, por exemplo); na proteção às pequenas e médias empresas (inclusive na imposição de regras tarifárias “moduláveis”); na correção das regras comerciais que possam vir a ser desfavoráveis às empresas francesas; na proteção e apoio financeiro a determinadas empresas locais; entre outros. Esse modelo busca ser uma política econômica de “bom senso” ao defender “regras justas e coerentes” (DOMARD, 2014) em um sistema capitalista entendido como injusto e por vezes sem coerência. É dever do Estado, portanto, corrigir, através de intervenções estratégicas, as falhas que esse sistema capitalista expõe.

O desenvolvimento de um novo modelo econômico, baseado em maior intervenção do Estado na economia é dependente de dois elementos, no entanto: soberania e Estado “forte” (FRONT NATIONAL, 2012, p.5). O “Estado forte” nesse sentido, significa um governo capaz de impedir que os interesses nacionais sejam prejudicados frente à política generalizada de livre mercado (Ibidem, p.5). Esse mesmo “Estado forte”, para a FN, baseia-se na defesa de determinadas políticas, entre elas: geração de empregos a partir da reindustrialização e do apoio a pequenas empresas; valorização do serviço público e da agricultura; e reforma fiscal.

A geração de empregos consta como uma prioridade no programa econômico frontista na qual dois eixos principais se depreendem: a reindustrialização francesa e uma rede de suporte às pequenas e médias empresas. Relativo ao primeiro ponto, a FN defende um “Planejamento Estratégico da Reindustrialização”, projeto esse que seria feito em paralelo com uma reforma fiscal e alfandegária por conta de “proteções inteligentes”, tais como cotas de importação e taxas alfandegárias “flexíveis” (Ibidem, p.65). Com relação às pequenas e médias empresas, a FN postula a necessidade de uma rede de proteção massiva do Estado para fazer frente às empresas de grande

porte. Essa política se traduz na prioridade do Estado no seu campo de intervenção. Nesse âmbito, a FN defende ainda a criação de um “Ministério da Economia, dos Negócios e do Trabalho”, responsável por coordenar toda a atividade industrial, a ser gerenciada pelo Estado. Além de uma maior facilidade de financiamento (inclusive através do Estado), as empresas nacionais se beneficiariam, segundo a FN, de uma outra política defendida: a lei dos “Achetons Français” que não só prevê a prioridade na compra de produtos franceses pelos administradores do Estado, mas também por estabelecimentos comerciais na França. Assim, limita-se a compra de produtos importados a casos onde não houver substituto interno - não impedindo, contudo, que um imposto de 3% seja incidido a título de “contribuição social” (Ibidem, p. 62 e 67).

Por fim, referente ao assalariado, a FN defende, em primeiro lugar, a lei da “prioridade nacional” na contratação. A contratação de empregados ilegais faria parte de uma política de concorrência desleal do mercado onde o maior beneficiário seria o “grande patronato” e o maior prejudicado, o cidadão francês que perde empregos potenciais e tem seu salário médio reduzido (FRONT NATIONAL, 2012, p. 67; DOMARD, 2014). Em segundo lugar, a FN propõe uma reforma nos sindicatos a fim de fortalecê-los com o objetivo principal de assegurar uma melhor representação. E, por fim, o projeto frontista defende um aumento obrigatório de salários a ser automaticamente indexados sobre a inflação (FRONT NATIONAL, 2012, p.67).

A valorização dos serviços públicos e da agricultura consituiu um outro eixo essencial do projeto da FN. O serviço público é considerado como um setor fragilizado e em decadência em função da crescente privatização de empresas públicas. Assim, a FN defende a modernização dos serviços públicos; melhoria na formação e nas atividades de formação complementares ao servidor público; a interrupção do processo de privatização, a nacionalização de determinadas empresas (consideradas “estratégicas”) e o maior controle do Estado em empresas parte pública, parte privada (entre elas a *La Poste*,); a garantia da continuidade territorial (assim, empresas de caráter estratégico como transportes, energia, correios e telecomunicações; que não operam em determinadas regiões serão obrigadas a fazê-lo); “remunicipalização” da água; e fixação de tarifas pelo Estado na área de transportes, luz, água e gás (Ibidem, p.21)

Por fim, a valorização da agricultura é vista pela FN como um elemento de importância dupla: é tanto um setor estratégico, como um fator de identidade nacional. Defender e valorizar a agricultura seria defender as próprias raízes da sociedade

francesa, composta de camponeses. É, de fato, nessa temática que se percebe mais visivelmente a oposição da FN às organizações e tratados multilaterais que possam interferir na condução da política nacional do Estado. Em especial, a FN reitera a soberania do Estado na condução da sua política agrícola e rejeita diretrizes internacionais de livre comércio, em especial aquelas impostas pela UE, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Grupo dos 20 (G20) (Front National, 2012, p.54). A proteção desse setor, mesmo que com ônus para o Estado, é uma questão de prioridade. Nesse sentido, a FN defende uma “nacionalização da política agrícola” através do abandono do PAC (Política Agrícola Comum) em benefício do PAF (Política Agrícola Francesa). Defende ainda uma redução na burocracia agrícola e restrições administrativas; maiores financiamentos ao produtor rural; fundos de intervenção para revalorização das zonas rurais em dificuldade; programa de ajuda pública na formação de jovens agricultores; promoção da lei “Acheton Français”; redução nas importações de produtos agrícolas; e, por fim, a saída da França da OMC caso a “especificidade” da agricultura francesa não for reconhecida nessa organização (Ibidem).

O terceiro eixo no programa econômico frontista refere-se à reforma fiscal que, no âmbito doméstico, busca amenizar as desigualdades econômicas; e, no âmbito alfandegário, proteger as suas indústrias, a agricultura e as empresas de pequeno e médio porte. A cobrança de impostos é considerada um “esforço de solidariedade nacional realizado por cada francês e ator econômico” (FRONT NATIONAL, 2012, p.70). Desse modo, com o objetivo de proteger as empresas de pequeno e médio porte e diminuir a desigualdade econômica entre as “classes” (Ibidem), a FN defende, no âmbito doméstico, uma reforma fiscal de cunho progressivo que deverá incidir majoritariamente sobre empresas de grande porte e indivíduos de renda superior à média nacional. No que diz respeito às empresas de pequeno e médio porte, a FN prevê a isenção de determinados impostos e a simplificação de outros, através de um sistema de progressão (Ibidem, p. 73). Relativo às pessoas físicas, propõe um sistema de “camadas” para cálculo do imposto de renda. Assim, visa aumentar para 46% o imposto de renda para a camada superior, destinada a quem recebe mais que a média nacional; e a diminuição progressiva para as camadas abaixo dela (Ibidem). Por fim, relativo à reforma aduaneira, a FN defende um “protecionismo inteligente” com cotas de importação e taxas alfandegárias “moduláveis” (ou “flexíveis”) para a proteção das empresas e dos produtos produzidos na França. De maneira geral, um imposto fixo será mantido a 3% para “contribuição social” e outros “moduláveis” serão postos em prática

dependendo do grau de ameaça que o produto possa representar para os produtores franceses (Ibidem).

Ao criticar o modelo econômico vigente, a FN busca resgatar o papel do estado na economia nacional e na “correção” das falhas geradas pelo capitalismo. O modelo a ser desenvolvido pela FN é intervencionista, protecionista e rompe com o *laissez faire* do mercado; mas é, sobretudo um modelo nacionalista. A nação é o centro da ideologia frontista, visível não só na busca pela soberania monetária e econômica, mas em tudo o que esse modelo expõe: prioridade de emprego para os franceses, prioridade dos produtos franceses nos estabelecimentos; estatização de empresas “estratégicas”; enfim, tudo se resume a uma política nacionalista onde o Estado, não o mercado, tem o papel chave de guia.

2.2 As propostas frontistas no âmbito social

A defesa de determinadas políticas no âmbito social (mais notadamente políticas na área da imigração) foi responsável pela caracterização da FN, bem como da maioria dos partidos considerados “extrema direita” na Europa. O partido *one single issue* seria aquele na qual toda a sua política (inclusive a sua própria criação) está baseado em uma única questão: a imigração. Ainda que essa tese não se sustente, haja vista que o programa da FN se apoia em outros pilares, sendo a imigração apenas um deles; ela demonstra a importância que esse tema recebe na caracterização desses partidos. A questão da imigração, no entanto, não deve ser vista de maneira desconexa. Ao contrário, está inserida em uma perspectiva mais ampla de defesa da “identidade nacional”. Nesse sentido, a imigração é tão somente parte de uma série de outros fatores que são percebidos pela FN como ameaças à manutenção da identidade da nação. A desestruturação da família; a suposta “frouxidão” na escola e na segurança; e a constante defesa de um “multiculturalismo” em detrimento da “cultura francesa” são, assim como a imigração, ameaças à identidade nacional e, portanto, ameaças à própria nação.

A “cultura francesa”, nesse sentido, recebe um papel de destaque. É ela, no sentido de refletir determinados valores e tradições, que mantém a nação unida. A nação francesa, assim, é caracterizada por uma determinada cultura onde a família, a escola e a justiça servem como pilares de sustentação. A valorização desses, nesse sentido, é evidente em um contexto de nacionalismo e de defesa da identidade nacional. Assim como também é evidente a ameaça que a imigração em massa representa na sua manutenção. Sendo assim, essa parte do estudo subdivide-se na

análise da posição frontista a respeito desses temas: imigração, justiça e segurança, família e escola.

A FN defende uma “política de imigração” de caráter amplo, baseada em uma série de regulamentos e de políticas a serem referendadas que visam diminuir o fluxo imigratório (ilegal e legal) na França. Além disso, promove o fim das “comunidades” de imigrantes, ou “comunitarismo” (DOMARD, 2014), através da assimilação à cultura francesa daqueles que já adquiriram a cidadania. De modo geral, a imigração em massa é percebida como uma ameaça à nação em três áreas distintas: identidade francesa, segurança e economia. Relativo ao último fator, a FN atenta que um grande número de imigrantes significa um alto custo econômico para o governo. É suficiente dizer que, na percepção frontista, quanto mais recurso se gasta com o imigrante, menos recursos são revertidos para o “nacional”. No entanto, a crítica principal nesse sentido resume-se à relação emprego-salário: quanto mais imigrantes, mais baixos os salários médios e menos empregos disponíveis. A imigração é vista, assim, como uma maneira eficaz utilizada pelo “patronato” para baixar os salários e “desestabilizar a sociedade e seu equilíbrio” (FRONT NATIONAL, 2012, p.11). Nesse sentido, a FN aponta para o efeito perverso da imigração: “não é um projeto humanista, mas uma arma ao serviço do grande capital” (Ibidem) já que beneficiaria grandes empresas em detrimento do trabalhador francês por conta de uma ampla oferta de mão de obra barata.

Referente ao segundo argumento frontista, um alto número de imigrantes é percebido como gerador de conflitos e fator de insegurança. O crescente número de imigrantes criminosos presos é usado como justificativa para apresentar uma relação de causalidade entre imigração e segurança (nesse caso, a falta dela). O uso dos “guetos” e das “zones de non-droit”¹⁰ (em sua maioria regiões de imigrantes) também são fatores apresentados pela FN como desestabilizadores da segurança e do equilíbrio social (DOMARD, 2014).

Por fim, a terceira linha de argumento na qual se baseia a política imigratória da FN diz respeito à identidade nacional. Imigrantes trazem consigo determinados valores e práticas sociais que, na visão frontista, podem vir a ameaçar a identidade francesa. A ameaça, nesse sentido, acontece da seguinte forma: assim que chegam, se organizam em determinadas comunidades. Essas comunidades crescem e tomam espaço não só geográfico, mas social. Formam, assim, uma comunidade dentro uma comunidade

¹⁰ As zonas de “non-droit” são consideradas aquelas onde a polícia perdeu o controle efetivo; não operando, assim, com regularidade nesses espaços.

maior (a França). Tendo apoio de uma ideologia de “discriminação positiva” (DOMARD, 2014), demandam determinados direitos: no trabalho e escola; comidas especiais nos refeitórios das empresas, escola e presídios; espaços públicos que contemplem determinadas solicitações (piscinas públicas que separem homens e mulheres, por exemplo); entre outros. Há, assim, um “transbordamento” do direito das “minorias” do âmbito privado (religião, tradição e valores, por exemplo) para o âmbito público e social (Ibidem). A FN opõe-se a esse tipo de “discriminação positiva” questionando a própria noção de “comunidade(s)”: “A única comunidade que deve ser preservada, é a comunidade nacional” (Ibidem). Defende, assim, uma maior assimilação dos imigrantes legalizados; ou seja, não é a nação que deve moldar-se às demandas de comunidades, de minorias, ou de imigrantes; mas são as comunidades, as minorias e os imigrantes que devem moldar-se à nação. Fazer parte da França, nesse sentido, não significaria um documento de cidadania, mas uma conformidade à tradição e às regras que caracterizam essa nação.

De fato, essa é a questão de fundo no debate frontista a respeito da imigração: a percepção de que uma grande quantidade de imigrantes, ao formarem (sub)comunidades não assimilam a identidade francesa caracterizando um fenômeno de “uma nação dentro de uma nação” (FRONT NATIONAL, 2012, p.12). A FN defende, portanto, um número mais restrito de imigrantes para que haja uma assimilação mais eficaz dos que lá estão. A ênfase principal, no entanto, não é a imigração propriamente dita, mas a defesa da identidade nacional. A imigração em massa, sem assimilação, é percebida tão somente como um fator de ameaça aos pilares que definem a nação francesa, assim como tantos outros fatores também o são. De fato, a globalização, o “ultra-liberalismo” e o “multiculturalismo” são percebidos pela FN como partes de um mesmo fenômeno auto-interessado perpetuado pelos Estados Unidos. O “multiculturalismo anglo-saxão”, apesar de vestir a carapuça de virtuoso, mostraria-se corrupto aos interesses do “povo” (DOMARD, 2014). Nesse sentido, a FN defende um “modelo republicano francês” (Ibidem) baseado na assimilação: “A assimilação [...] deve voltar a ser a regra, e o comunitarismo, banido” (FRONT NATIONAL, 2012, p.13).

É importante mencionar que a FN parte do pressuposto de que fazer parte da nação francesa é um privilégio concedido pelo Estado. Como tal, caberia ao imigrante adotar tudo o que a caracteriza. A cidadania não é, assim, um mero processo administrativo, mas um processo de assimilação. Tendo essa prerrogativa em vista, a FN defende critérios mais rígidos para obtenção de cidadania e de visto de moradia que

incluam fatores outros que meramente burocráticos. Essa “reforma do código da nacionalidade” se fundamentaria em fatores extra-burocráticos na concessão de cidadania tais como uma boa compreensão da língua francesa e uma “prova” de assimilação à identidade francesa (Ibidem, p.12)¹¹.

O programa nacional da FN propõe, assim, a diminuição no número de vistos de moradia ou de cidadania; o fim da lei do “agrupamento familiar”¹²; a redução “drástica” no número de asilos concedidos; e uma política de luta contra a imigração clandestina que incluiria um maior controle nas fronteiras, maior cooperação (inclusive econômica) com os países nas quais os imigrantes franceses são originários, a deportação de todos imigrantes ilegais no território francês, e a impossibilidade, perante a lei, de regularização de um ilegal (Ibidem). Por fim, o programa defende a criação de um “Ministério do Interior, da Imigração e do Secularismo” responsável por valorizar os “valores republicanos” e por reestabelecer o princípio da igualdade e da meritocracia, incluindo a proibição de práticas de discriminação positiva em todos os setores da sociedade (Ibidem, p.13).

A ideologia frontista de defesa da nação, no entanto, tem ainda como alicerces a ênfase na ordem, na moralidade e na hierarquia. O “Estado forte”, amplamente mencionado pela FN, só é possível em um contexto de segurança e equilíbrio interno. Temas como justiça e segurança, portanto, ganham destaque no programa nacional e dialogam diretamente com a questão da imigração, da família e da escola. Contrário à noção de separação de esferas, a política frontista a respeito desse tema busca uma certa harmonia entre os diversos setores sociais. Delega, por exemplo, responsabilidades para a família e para a escola na educação (e, conseqüentemente na punição) de jovens infratores. Acena, portanto, para uma mudança mais profunda no que diz respeito à própria concepção de família, escola e justiça; uma mudança que passa a privilegiar a ordem e a hierarquia dessas três esferas em oposição a suposta “frouxidão” que as caracterizaria atualmente. De maneira geral, a FN defende um aumento do orçamento da justiça, bem como no número de magistrados; adoção de um plano carcerário que aumente o número de vagas nas prisões e que assegure a aplicação de penas; e a garantia de independência e de neutralidade da magistratura (passando a ser proibida a sindicalização e a concorrência às eleições, por exemplo).

¹¹ Ainda que não explicitada, essa questão de certa forma associa-se ao processo norte-americano de cidadania, na qual o candidato presta provas de conhecimento específico acerca da história e símbolos do país.

¹² Permite a um imigrante legalizado a possibilidade de legalizar a permanência da sua família.

Políticas sensíveis como a aprovação da pena de morte ou prisão perpétua não são visivelmente defendidas no programa da FN, mas figuram como políticas a serem referendadas (DOMARD, 2014; FRONT NATIONAL, 2012, p.15-18).

Por fim, refletindo um modelo que privilegia a ordem e a organicidade, a FN defende ainda a diminuição da responsabilidade penal para 13 anos e a expansão dessa responsabilidade para os pais. Desse modo, a família de um menor infrator seria punida frente ao governo, deixando de receber ajuda financeira, por exemplo; e frente à justiça, devendo comparecer às reuniões e fazendo parte ativa do processo de reabilitação do infrator (FRONT NATIONAL, 2012, p.15). Da mesma forma, a escola deverá ser parte dessa reabilitação, fazendo uso do seu papel para “educar” esses infratores. Infrações na escola, por sua vez, serão passíveis de punição não só do aluno em questão, mas dos pais (Ibidem, p.18), o que nos leva a depreender que os pais “falharam” no seu papel de formadores de caráter e de orientação. Há, assim, uma noção de que a ordem é responsabilidade compartilhada: justiça, família e escola são entendidos como estruturas hierárquicas, responsáveis pela boa formação do cidadão e da identidade francesa.

Por sua vez, o sistema de ensino atual é percebido pela FN como “frouxo” caracterizado por professores que recebem baixa remuneração; pouca frequência e interesse por parte dos alunos; e um suposto descaso com relação à história e tradições francesas. Além disso, é percebido como um sistema elitista por privilegiar os planos cultural e social ao mesmo tempo que defende um conhecimento “por si próprio” favorecendo, assim, a “reprodução hereditária das elites” (Ibidem, p.26). Em conformidade com o seu discurso populista, a FN defende, assim, uma nova política de ensino cujas oportunidades de ascensão estejam igualmente distribuídas. A hierarquia, nessa nova política, recebe destaque. Opondo-se ao que considera como uma “aventura pedagógica desastrosa” (Ibidem, p.27), a FN busca restaurar o papel hierárquico entre professor (detedor do conhecimento) e aluno (receptor do conhecimento). A escola, nesse entendimento, não é um “lieu de vie” onde a criança constroi o saber por si mesmo. O papel do professor, nesse sentido, possui um maior destaque e um novo modo de atuação: “Se felicitações e encorajamentos são necessários, as sanções são por sua vez inevitáveis” (Ibidem). A política de ensino da FN atribui à escola, ainda, um papel de destaque no que diz respeito à “construção” e a manutenção da identidade nacional: seria o papel dela privilegiar a língua francesa e

valorizar a história, tradições e costumes da nação. Caberia à escola formar “cidadãos franceses” e não, simplesmente, “especialistas”.

Assim como a escola, a família é também percebida como uma estrutura hierárquica, responsável pela transmissão de conhecimento, valores e tradição. É, assim, um elemento central na sociedade que deve ser “protegida, valorizada e preservada” (Ibidem, p.35). Mais especificamente, a FN defende uma política afirmativa no que diz respeito a natalidade (prevendo uma maior contribuição financeira e proteção social do Estado para casais franceses que tiverem filhos); e ao papel da família como responsável pela difusão de valores e tradições francesas. O aborto é fortemente rejeitado pela FN que defende um projeto de maior prevenção e adoção prenatal (Ibidem, p.35-37). Por fim, a família deve se basear “exclusivamente” na união de um homem e uma mulher e “acolher crianças nascidas de um pai e uma mãe” (Ibidem, 37). A FN opõe-se, dessa maneira, à legalização do casamento homossexual, bem como da possibilidade de adoção por casais homossexuais. São favoráveis, no entanto, a renovação e ao fortalecimento do “PACS”, projeto responsável por garantir certos direitos a um casal homossexual, como direito a pensão e partilha de imóveis, por exemplo (DOMARD, 2014).

Por fim, a cultura nacional, entendida no sentido amplo de valores, tradições, história e símbolos franceses; recebe destaque no projeto da FN. De fato, toda a ideologia frontista, centrada na nação, baseia-se na valorização da identidade e da cultura nacional. O próprio conceito de cidadania é entendido como o direito dado ao indivíduo que, não só possuindo uma identidade nacional, habituou-se à cultura francesa e hoje faz parte dela. A cultura, assim, é o que define e ao mesmo tempo o que sustenta a nação. Nesse sentido, o projeto frontista reflete, em primeiro lugar, uma crítica às instâncias supra-nacionais e fenômenos globais que possam enfraquecer a cultura nacional; e, em segundo, lugar, a busca por maior valorização de tudo aquilo que compreende a identidade nacional. Assim, defende a exposição única da bandeira francesa; a utilização do francês nos comunicados oficiais, nas universidades e mesmo em reuniões multilaterais quando na França; uma valorização da história e dos costumes franceses no ensino e na administração pública; e a atuação do governo na construção de dispositivos e de financiamentos próprios para a indústria francesa (editoras, gravadoras e produtoras, por exemplo) (FRONT NATIONAL, 2012, p.24).

Ao fim, nota-se a importância dada pela FN na valorização e na manutenção da “nação”. Entende-se que a cultura é o que a sustenta e a caracteriza; as políticas

defendidas pela FN nessas áreas refletem, portanto, a preocupação frontista com o que consideram “ameaças” ao que veio a constituir-se como a identidade nacional: um alto número de imigrantes, famílias desmembradas, escolas despreparadas e uma constante erosão dos valores e tradições franceses fruto de processos como a globalização, o multiculturalismo e o ultra-liberalismo, por exemplo.

2.3 O projeto de política externa proposto pela FN

“Soberania, equilíbrio e mundo” (FRONT NATIONAL, 2012, p.50): são essas as principais características do projeto de política externa frontista. Tal projeto caracteriza-se em função de uma crítica acerca de uma suposta “hegemonia norte-americana” (DOMARD, 2014) nas relações internacionais, defendendo, assim, uma ruptura com o “modelo ocidental norte-americano” caracterizado por globalismo, intervencionismo e neoliberalismo; e o estabelecimento de um modelo que privilegie a soberania das nações, o direito internacional e o efetivo multilateralismo (Ibidem). É importante salientar que a “hegemonia” norte-americana é percebida pela FN como fator de ameaça aos interesses nacionais franceses na medida em que “exporta” uma determinada cultura e padrão de atuação em organismos multilaterais como a ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, ainda que questione organismos multilaterais e mesmo alianças e parcerias já consumadas, a política externa da FN não pode ser entendida como isolacionista. Busca, ao contrário, um papel de destaque no cenário internacional através da diplomacia e de um papel de “mediador”. Propõe, nesse sentido, uma política externa de “terceira via” caracterizada como “nem isolacionista, nem intervencionista”, mas pragmática e atenta aos interesses nacionais (Ibidem). A defesa desse pragmatismo, no entanto, está relacionada diretamente a rejeição de uma política externa baseada nas “diretrizes” norte-americanas e na busca de parcerias não convencionais, em especial, a Rússia. A FN propõe, assim, uma reformulação da própria orientação da política externa francesa através de quatro eixos principais: maior orçamento para a Defesa; soberania dos interesses nacionais frente a organismos e acordos multilaterais; pragmatismo na condução da sua política externa (buscando, assim, novos parceiros e novas áreas de atuação); e, por fim, a busca por um papel de liderança no cenário internacional através da mediação entre atores.

A análise frontista referente à Defesa é, antes de tudo, uma valorização do seu território e da segurança dos seus nacionais. Nesse sentido, é importante mencionar que a promoção de um maior orçamento para a defesa não significa um projeto

militarista de expansão externa. Ao contrário, a oposição da FN quanto às intervenções externas é bastante clara, defendendo o princípio da soberania e portanto, da não ingerência. Dessa maneira, se recusa a intervir até mesmo em situações “humanitárias”, percebidas como medida de “geometria variável” (DOMARD, 2014)¹³. Desse modo, a FN defende como prioridade a proteção do território nacional e dos franceses através de determinadas políticas que incluem: aumento no orçamento da defesa para modernização e manutenção dos efetivos militares; modernização e contratação de efetivo para as forças aéreas, terrestres e navais; e organização de uma Guarda Nacional de reservistas que possam ser mobilizados imediatamente (FRONT NATIONAL, 2012, p.4).

Relativo aos organismos multilaterais, é importante mencionar que a política externa da FN opera ao redor de duas temáticas: soberania e pragmatismo. Qualquer organismo ou aliança que demande da França algum tipo de limitação no seu poder decisório é seriamente questionado. Assim é o caso da rejeição frontista à permanência francesa na UE, mas também da ONU, OTAN e OMC, percebidas como “braços” dos Estados Unidos (DOMARD, 2014). A participação francesa nesses organismos, portanto, é caracterizada como “perigosa” na qual o interesse nacional “não é evidente” (FRONT NATIONAL, 2012, p.50 e DOMARD, 2014).

Para a FN, o chamado “multilateralismo” não passa de um “modelo ocidental norte-americano” onde a expansão dos interesses dos Estados Unidos são a regra (DOMARD, 2014). A política externa francesa contemporânea, atuando em conjunto com os Estados Unidos em organismos multilaterais como a OTAN e a ONU, ao mesmo tempo que abdica da sua soberania feriria seus próprios interesses nacionais: “Suas políticas prejudicam nosso equilíbrio interior e nossa segurança externa. Eles [os organismos multilaterais] comprometem gravemente a nossa liberdade” (FRONT NATIONAL, 2012, p.50). A intervenção norte-americana na Líbia com o apoio francês, por exemplo¹⁴, ainda que estrategicamente importante para os interesses norte-americanos, não refletiria interesses franceses que justificassem sua atuação (DOMARD, 2014). Desse modo, o discurso frontista se concentra na crítica à “uniformização” norte-americana, um tipo de imperialismo orquestrado pelos Estados

¹³ Diz respeito à forma seletiva e flexível de intervenções externas: escolhe-se em qual país se intervém.

¹⁴ Segundo Domard (2014), Marine Le Pen se opôs a intervenção francesa na Líbia durante a Primavera Árabe por ser essa uma questão de soberania interna e por receio de que fosse aberto uma “caixa de pandora”: ao se derrubar um ditador, se colocaria no poder um governo fundamentalista.

Unidos sob o rótulo de “multilateralismo”; e na defesa de uma política externa de “outra via”, onde o direito à soberania e à não ingerência sejam a regra (Ibidem).

A categoria “organismos multilaterais” no programa frontista é plural e abarca vários organismos e alianças da qual a França faz parte. Alguns, no entanto são enfatizados. A OTAN, por exemplo, é percebida como um organismo que teve importância ímpar para a promoção dos interesses nacionais franceses mas que atualmente não passaria de um “braço armado dos Estados Unidos, sem utilidade para a França” (DOMARD, 2014). Dessa maneira, a FN defende a saída francesa dessa organização e uma estratégia militar multilateral baseada em um novo perfil que assegure sua independência e soberania (FRONT NATIONAL, 2012, p.4). A ONU é também vista com reservas, caracterizada como uma “organização relativamente corrupta, refém dos Estados Unidos” (DOMARD, 2014). Uma saída francesa da ONU, no entanto, não é defendida pela FN. Defende-se, ao contrário, uma atuação mais pragmática e crítica levando-se em conta a atuação que determinados atores (entenda-se, Estados Unidos) possuem na construção de uma certa agenda de interesse próprio.

Baseada em uma mistura de pragmatismo e anti-americanismo, portanto, a FN defende novas parcerias e áreas de atuação fora do escopo norte-americano. Assim, valoriza um relacionamento mais intenso com a Rússia (o país a quem mais a FN faz menção no seu programa quando das políticas a serem implementadas nessa área); defende novas parcerias (como a Índia, a Indonésia e a Malásia); e novas áreas de atuação, notadamente na Ásia (Ibidem, p.51). Relativo à Rússia, o programa da FN defende uma aliança estratégica “forte” fundada sobre uma parceria militar e energética na reconstrução dos setores industriais de Defesa e no lançamento de um programa espacial francês (Ibidem, p.4). A FN defende ainda uma espécie de aliança ou parceria estratégica trilateral entre “Paris-Berlim-Moscou” e uma “União Pan-Europeia” (Ibidem, p.51) que serviria como um substituto à União Europeia, baseada em estados soberanos, portanto sem mecanismos supra-constitucionais, onde a Rússia e a Suíça deveriam ser membros.

Consoante à ênfase da não ingerência, a FN privilegia o papel da diplomacia e da mediação internacional. Nota-se, nesse sentido, uma certa nostalgia de um passado em que a França era “respeitada” no cenário internacional: “A França tinha um papel anteriormente, ela era escutada na cena internacional, inclusive como mediadora” (DOMARD, 2014). No entanto, essa nostalgia não é o vetor único que explica a ênfase frontista na mediação. Essa política está ancorada na própria ideologia que a FN

sustenta. Privilegiar a mediação ao invés da ingerência significa respeitar a soberania nacional. Além disso, insere-se em um contexto de ruptura com a “uniformização” norte-americana de ingerência externa; buscando, ao contrário, uma posição de mediação entre conflitos e de equilíbrio entre o que considera como diferentes “imperialismos”: norte-americano, islâmico e chinês (FRONT NATIONAL, 2012, p. 50). Por fim, a FN defende a exportação da cultura francesa baseada na valorização das artes, da história e dos patrimônios públicos. Busca distinguir-se, assim, do modelo norte-americano de influência externa ao enfatizar a valorização do campo e do rural (ao invés da urbanização e das *megacities*); da culinária requintada (ao invés do *fast food*); e da valorização das obras de arte e dos livros (ao invés do cinema *blockbuster*). Parte dessa política de influência externa através da cultura, está a língua francesa. O francês é privilegiado como uma importante ferramenta, devendo ser promovido no exterior de maneira atrativa “à todas as classes sociais” como meio de “restauração” de influência externa (Ibidem, p.51).

A FN, de fato, é um partido que chama a atenção por conta dos seus posicionamentos nada convencionais. Assim o faz quando defende uma política de restrição imigratória na área social e de saída da Zona do Euro na área econômica. O seu projeto de política externa não foge à regra. De certa maneira, a política externa frontista busca romper com as diretrizes, com a orientação e com os próprios pilares do padrão vigente de atuação francesa no cenário internacional. A presença francesa na UE e o alinhamento com os Estados Unidos são questionados, bem como a sua participação nos diversos organismos multilaterais da qual a França faz parte. A FN inova. Inova ao buscar uma “terceira via” que pode ser considerada como um meio termo entre políticas isolacionistas e intervencionistas. Inova ao buscar um relacionamento mais estreito com a Rússia, inclusive em questões sensíveis como o programa espacial. Inova, ainda, ao criticar processos e padrões já muito enraizados na política externa francesa, tal como o relacionamento com os Estados Unidos, a OTAN, a ONU e a UE. Inova, por fim, ao enfatizar maiores orçamentos para a defesa em um contexto doméstico de progressiva diminuição; e de valorização das fronteiras e do território em um contexto global de regionalização e do próprio conceito de território (BADIE, 1995). Por fim, a política externa da FN demonstra coerência com a sua ideologia. É a nação que está no centro da política frontista. A defesa e a valorização dessa nação, através de um projeto de maior autonomia e pragmatismo, reflete a própria ideologia do partido. É um nacionalismo defensivo e exclusivista, no entanto. O

objetivo é a preservação do que constitui a nação francesa no entendimento frontista: território, cultura e nacionais - incompatível com políticas expansionistas e inclusivas. Incompatível, portanto, com o próprio processo de globalização.

2.4 O projeto frontista acerca da democracia participativa

Do tipo específico de nacionalismo que promove a defesa da nação através da defesa do “povo”, depreendem-se outras características da ideologia frontista, entre elas, a busca por uma maior participação popular na política francesa. Nesse sentido, o discurso frontista pode ser entendido a partir de uma sequência lógica que possui três eixos. Primeiro, a recorrente divisão feita entre o “patronato”, a “oligarquia” e a “elite” política francesa e europeia de um lado; e o “povo” do outro (DOMARD, 2014 e FRONT NATIONAL, 2012). Segundo, o entendimento de que a elite política atua de maneira desassociada com o resto da população e, portanto, não representaria o interesse comum do “povo”. E, por fim, a apresentação do partido como sendo um representante do cidadão “comum”, verdadeiramente democrático, ao estender ao maior número possível de nacionais as rédeas da política.

De fato, a concepção de “povo” é seletiva. O “ser francês” não é um aspecto formal, resolvido com um passaporte. É mais que isso: é fazer parte de uma cultura francesa com determinados valores e tradições. Além disso, ele não se associa com o “grande patronato” francês (DOMARD, 2014). Na maioria das vezes, faz referência a uma determinada classe social: o trabalhador assalariado, seja um operário, camponês ou artesão. Assim, o “povo francês” é definido não só por uma questão cultural, mas sócio-econômica também. Já no outro espectro, estariam o “grande patronato” e as elites políticas, geralmente entendidos como burocratas auto-interessados que utilizam-se da máquina estatal e supra-estatal (no caso da UE) para aumentar seu capital em detrimento dos interesses do “povo”.

A FN critica o que considera uma “semi-democracia” no processo decisório francês atual (DOMARD, 2014). Com relação a UE, entende que a própria construção dessa união é anti-democrática. Em primeiro lugar, atenta para a composição da Comissão Europeia, principal órgão da UE, cujos participantes não são eleitos, mas indicados para ocupar tal função. Em segundo lugar, o Parlamento Europeu (que deveria ser o órgão mais “democrático”) é criticado em função do seu caráter frágil e pouco assertivo dentro da União e pelo seu papel como representante de um suposto “povo europeu” e da “vontade europeia”: “Não existe um ‘povo europeu’ e, portanto, uma vontade comum de representação popular” (FRONT NATIONAL, 2012, p.101). A

crítica frontista, no entanto, não se restringe ao déficit democrático na esfera europeia, mas também na esfera local. Nesse sentido, as instituições políticas, sejam elas os partidos políticos franceses ou as regras de representação política, são amplamente criticados em função de um suposto caráter elitista. É importante mencionar que o sistema político francês privilegia alianças e, de certa forma, possui um sistema que pode “fechar a porta” para determinados candidatos e partidos: condiciona a candidatura à cargos políticos a um “aval” de um certo número de políticos já eleitos. Assim, Domard (2014) atenta que o próprio modelo institucional no que diz respeito a candidaturas à presidência penaliza partidos pequenos que se recusam a fazer alianças contribuindo para a manutenção de uma espécie de oligarquia política.

A FN apresenta-se, nesse sentido, como “o último partido verdadeiramente democrático e republicano na França” (Ibidem). Para Domard, pode ser considerado como tal tanto pelas suas regras e mecanismos institucionais próprios da sua organização¹⁵, como com relação as propostas por ela abarcadas. Nesse sentido, atenta que é o compromisso com a democracia direta que guia as propostas do partido: “um governo do povo pelo povo e para o povo”. O “mundialismo”, acrescenta, “é o governo do povo pelas elites para as elites” (Ibidem).

Assim, a FN defende uma democracia mais direta e participativa através de uma maior prática de referendos populares aos moldes da Suíça, buscando, dessa maneira, incorporar a população nas decisões políticas (Ibidem). Dentre as propostas frontistas mais imediatas a esse respeito, destacam-se a inscrição da prática de referendo na Constituição com vistas a permitir um “real exercício de democracia direta”; um referendo de revisão a constituição com vistas a obrigar que futuras revisões constitucionais só tenham efeito se aprovadas em referendos populares previamente; e, por fim, referendos acerca de temas sensíveis na política francesa (aprovação de uma moeda própria, pena de morte e prisão perpétua, casamento entre homossexuais, entre outros) (FRONT NATIONAL, 2012, p.103). Além disso, a FN defende um sistema eleitoral proporcional para todas as eleições legislativas a fim de “assegurar a representação de todas as sensibilidades políticas escolhidas pelos eleitores, notadamente no seio da Assembleia Nacional” (Ibidem, p. 103) e uma revisão acerca da

¹⁵ Há eleições diretas pelos membros do partido para os cargos de dirigentes, inclusive os da presidência. Além disso, as proposições debatidas no âmbito do Comitê Central e dos Bureaus contam formalmente com a participação de membros da sociedade civil e de instituições públicas como universidades e institutos estatísticos, por exemplo (DOMARD, 2014).

“parrainage” (uma espécie de apoio formal) necessária `a candidaturas presidenciais com o objetivo de proporcionar a igualdade entre os candidatos (Ibidem).

Por fim, é importante mencionar que a crítica ao atual padrão de democracia representativa não é prerrogativa da FN, mas ecoa em grande parte da sociedade na França contemporânea. De acordo com Perrineau e Rouban (2009), desde fins da década de 1990, há uma apatia política que se traduz por números cada vez maiores de abstenções e votos nulos nas eleições francesas e européias por conta de uma grande parcela da população que não se sente contemplada ou representada na política atual. Crescentemente, assim, a democracia representativa é alvo de críticas e de novas demandas através de protestos e de manifestações coletivas que buscam recuperar a política das mãos de um sistema percebido como profissional e menos representativo para as mãos do cidadão. E é justamente esse tipo de democracia, uma espécie “mítica” de democracia direta que compõe o discurso frontista.

3 Considerações finais

Ao analisar-se em profundidade o discurso frontista, percebe-se que esse é um partido cuja caracterização é complexa. Foge de tipificações simples. Ao mesmo tempo, faz parte de um fenômeno abrangente e relativamente novo na Europa, o que obriga analistas a desenvolverem algum tipo de categorização. Temos uma necessidade de rotular líderes, movimentos e partidos com relação ao que já conhecemos. Geralmente esses rótulos estão associados à tradição política de posicionamento no espectro político direita versus esquerda, ao qual associamos com determinadas características. Essa, no entanto, é uma situação complicada porque existe sempre o perigo de sermos demasiadamente simplistas e subjetivos. Esse trabalho, portanto, buscou atender para aspectos intrínsecos da ideologia frontista que, em função do uso extensivo de um determinado rótulo na sua caracterização (“extrema direita”), se enfatiza certos aspectos, tal como a questão da imigração, enquanto outros tantos são negligenciados.

Na base da doutrina frontista está a “nação”. É ela que estrutura todo o resto: o tom do discurso, a agenda política, o posicionamento em determinadas questões, a “nação” é, enfim, o centro da ideologia do partido. No entanto, esse nacionalismo é bastante específico: iguala a nação ao povo e, mais especificamente, a condução da “nação” pelas mãos do “povo”. Possui, assim, um caráter populista intrínseco. O “povo”, no entanto, é bastante específico: refere-se à comunidade, ou “família” de nacionais. Como salienta Taguieff (2012), pode ainda ser definido como uma tentativa de tomada

do poder de uma “elite política” para o “povo” e, ao mesmo tempo, de um “culto do povo” (cultura popular, idioma popular, soberania popular, etc.), no sentido de uma valorização do que constitui a identidade nacional. Essa valorização do “nacionais”, no entanto, geralmente encontra-se em oposição aos “outros” (diferentes de “nós”), sejam eles a elite política, os imigrantes, ou instituições externas.

Desse modo, a nação, para a FN, não é simplesmente um território, uma cultura ou um determinado povo. É o conjunto desses três fatores. Um é constitutivo do outro, não existem em separado. A nação abarca, assim, o território formal e os indivíduos que dele fazem parte e que, portanto, preservam uma determinada cultura. Há uma relação de dependência entre essas três variáveis: a “nação” não existe sem um determinado território, sem uma cultura própria ou sem os indivíduos parte dela (os nacionais). A “defesa da nação” para a FN, portanto, é a defesa desses três pontos: é a defesa do território, da cultura e do “povo”. Desse modo, é como se a FN procurasse cristalizar no tempo uma determinada concepção de nação e de identidade nacional para que não perdessem as suas características essenciais. É a busca pelo conhecido frente ao desconhecido, pelo nacionalismo frente à globalização, pela identidade nacional frente ao cosmopolitismo. É, enfim, é a tentativa de se agarrar às suas raízes e ao que reflete a sua identidade em um contexto de erosão de território, valores, cultura e da própria história.

De fato, a FN hoje representa um partido político cuja ideologia dialoga diretamente com fenômenos recentes como a globalização, a regionalização e o neoliberalismo. Diz respeito ainda a uma representação política de um fenômeno abrangente e que se caracteriza por uma crise de confiança nas democracias representativas e ansiedades sociais e econômicas por conta de determinados fenômenos, como a globalização e a União Europeia. Não são esses fenômenos em si o motivo de inquietude, mas as consequências que trazem consigo: pulverização industrial, imigração, diluição de fronteiras, enfraquecimento da soberania nacional, entre outros. Valorizando o nacional, a FN se projeta contra tudo aquilo que é externo e que possa vir a corromper a frágil concepção de nação. O debate atual, assim, se dá entre os que privilegiam uma noção de engajamento internacional da nação (seja na economia, na cultura ou política; e refletido nos fenômenos da União Europeia e da globalização), incompatível, por sua vez, com a noção de engajamento identitário refletido pela FN. O objetivo é a preservação do que constitui a nação francesa no entendimento frontista: território, incompatível com políticas expansionistas e inclusivas.

Incompatível, portanto, com a supranacionalidade da União Europeia; com o neoliberalismo e políticas de “ultra-capitalismo” (DOMARD, 2014); e com o próprio processo de globalização.

Por fim, a FN representa um novo fenômeno na política francesa que se traduz por um projeto político intervencionista e protecionista na economia, um novo modelo de atuação nas relações internacionais que privilegia aspectos como a soberania e parceiros como a Rússia; um programa que busca conservar a identidade francesa na área social; e uma defesa da democracia participativa e inclusiva, espécie “mítica” de democracia direta. O fato é que a FN é reflexo de um fenômeno recente e que se caracteriza por uma série de fatores: imigração em massa, descontentamento com a democracia representativa, globalização, regionalização, pulverização das indústrias, diminuição do estado de bem estar social, alto índice de desemprego, etc. Ao contrário dos outros partidos franceses, a FN ousou se posicionar a respeito dos assuntos supracitados e talvez seja justamente esse feito que lhe alçou a força política que atualmente detém na França.

4 Referências Bibliográficas

- BADIE, Bertrand. *O Fim dos Territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BUDGE, Ian; ROBERTSON, David; e HEARL, Derek (Eds.). *Ideology, Strategy and Party Change: Spatial Analysis of Post-War Election Programmes in 19 Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CHARLOT, Monica. L'Emergence du Front National. *Revue Française de Science Politique*. Ano 36, Vol.1, p.30-45, 1986.
- DECLAIR, Edward G. *Politics on the Fringe: The People, policies and organization of the French National Front*. London: Duke University Press, 1999.
- DELWITT, Pascal (Ed). *L'Extrême Droite en France et en Belgique*. Bruxelas: Éditions Coplexe, 1998.
- DÉZÉ, Alexandre. Chapitre 7 - Le Front National comme « entreprise doctrinale» Em: *Partis politiques et système partisan en France*. Paris: Presses de Sciences Po, 2007.
- DOMARD, Eric. 2014. Entrevista conduzida pela autora em janeiro de 2014 na sede da Front Nacional – Nanterre, França.
- FRONT NATIONAL. *Notre-Projet: Programme Politique du Front National*. Paris: Front National, 2012.

- HERMET, Guy. Populisme et Nationalisme. *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire*. N.56, p. 34-47, Outubro-Novembro 1997.
- KARAPIN, Roger. Radical-Right and Neo-Fascist Political Parties in Western Europe. *Comparative Politics*, vol.30, n.02, p.213-234. 1998.
- LAVIER, Michael. *Estimating Policy Positions of Political Actors*. London: Routledge, 2001.
- LAVIER, Michael e GARRY, John. Estimating Policy Positions from Political Texts. *American Journal of Political Science*, vol.44, n.3, p.619-634, Julho 2000.
- LE PEN, Marine. *À Contre Flots*. Paris: Grancher, 2011.
- _____. *Pour que Vive la France*. Disponível em <http://www.marinelepen.fr/> (acesso em 10 de fevereiro de 2014).
- MAYER, Nonna; PERRINEAU, Pascal (Orgs.). *Le Front national à découvert*. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.
- MUDDE, Cas. *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester: Manchester University Press, 2000.
- MUDDE, Cas. Three Decades of Populist Radical Right Parties in Western Europe. So What? *European Journal of Political Research*, vol. 52, n.01, p.1-19. 2013a.
- MUDDE, Cas. *Populism*. Disponível em [http://works.bepress.com/cas_mudde/74]. (acesso em 20 dez. 2013). 2013b.
- NARDELLI, Alberto. Unprecedented in France: Front National's Le Pen Tops Presidential Poll for First Time. *The Guardian*. 8 Setembro, 2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/news/datablog/2014/sep/08/le-pen-tops-presidential-poll-for-first-time-ever> (acesso em 10 setembro 2014).
- NORRIS, Pippa. *Radical Right: Parties and Electoral Competition*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- PERRINEAU, Pascal e ROUBAN, Luc (Eds.). *Politics in France and Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- PERRINEAU, Pascal. La Renaissance Électorale de l'Électorat Frontiste. *CEVIPOF, Science Po*. N.5, Abril 2012.
- SELIGER, Martin. *Ideology and Politics*. Birkenhead: Wilmer Brothers Lmtd., 1976
- TAGUIEFF, Pierre-André. *Le Nouveau National-Populisme*. Paris: CNRS Éditions, 2012.